

# MDIC organiza workshop sobre compras governamentais sustentáveis



No evento, consultor do PNUMA apresentou estudo sobre o processo de licitações sustentáveis no Brasil

**Brasília (19 de outubro)** – A Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do MDIC organizou, na terça-feira (18), uma reunião com representantes de diversos órgãos federais a respeito de compras públicas sustentáveis. O objetivo do encontro, realizado em parceria com os ministérios do Meio Ambiente e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), foi ampliar o debate a respeito da sustentabilidade nos padrões de produção e de consumo no âmbito do governo federal.

Na reunião, foi apresentado um estudo produzido pelo PNUMA a respeito de licitações sustentáveis no Brasil. Entre outros dados, o documento aponta que, embora o Brasil tenha uma política de compras públicas sustentável, ainda não há no país um sistema de rotulagem ambiental reconhecido oficialmente.

“Fazer uma compra sustentável não é só criar especificações. Há outras orientações importantes que envolvem, por exemplo, a elaboração do edital e do contrato e a verificação se os produtos adquiridos são, de fato, sustentáveis. É um processo sistematizado que integra todas as fases do ciclo de compras”, explicou José Augusto Pindo de Abreu, consultor do PNUMA.

Após a apresentação do estudo, os participantes do encontro discutiram medidas para aprimorar o processo de compras nos órgãos federais. Uma das sugestões propostas é retomar os trabalhos da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública.

Em dezembro, o grupo voltará a se reunir em um workshop sobre a importância da rotulagem ambiental como instrumento para verificação dos critérios de sustentabilidade das compras públicas.

Participaram da reunião representantes do Inmetro; Casa Civil; Tribunal de Contas da União (TCU); Advocacia-Geral da União (AGU); Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria (CGU); Ministério da Saúde; Ministério da Fazenda; Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); Comissão Econômica para a América Latina (Cepal); Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação (FNDE); Sebrae; e Confederação Nacional da Indústria (CNI).